

# O MELINDRE DO PROBLEMA SIONISTA RELAÇÕES PORTUGAL-ISRAEL, 1947-1977

Manuela Franco

**A** 29 de Novembro de 1947, o território sob Mandato Britânico na Palestina era aprovado para partilha entre judeus e árabes por maioria de dois terços da Assembleia Geral das Nações Unidas (NU)<sup>1</sup>.

A votação evidenciava a reversão e divergência de pontos de vista entre os EUA e o Reino Unido. Ernest Bevin, ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, não era grande apoiante da causa judaica e em todo o caso tinha por prioridade absoluta a frente europeia, reerguer o seu país, travar os russos, atrair os americanos ao compromisso da segurança atlântica. O Reino Unido tornou claro que daria o seu mandato por findo e retiraria da Palestina a 14 de Maio de 1948. Nessa data nasceria o Estado judaico e a primeira guerra israelo-árabe.

Neste momento em que uma nova guerra aberta decorre em desafio da fronteira entre Israel e o Líbano, fronteira reconhecida e reiterada pelos mecanismos de validação do sistema internacional comumente aceites pela generalidade das nações, é por demais evidente a estranheza do facto de, à beira do sexagésimo aniversário, Israel continuar a ser o único país que se vê constantemente confrontado com a contestação do seu direito a existir como Estado soberano e independente.

Este artigo aborda a forma como Portugal encarou a constituição do Estado de Israel, o processo longo do reconhecimento formal e o caminho que estes dois estados da periferia do mundo ocidental foram percorrendo entre 1948 e 1977. Deste período, em que por razões distintas ambos os países estiveram no centro do grande combate ideológico internacional, não se tratará aqui todavia nem de caracterizar nem de analisar circunstâncias políticas internacionais ou as características internas próprias da situação de Portugal ou de Israel.

Por agora, o objectivo, limitado, é dar a ler a história contada pela documentação diplomática portuguesa. Para tanto, o comportamento das autoridades portuguesas no pós-guerra será abordado em três fases: 1945 a 1958, do rescaldo da guerra ao reconhecimento de facto de Israel; 1958 a 1974, da política de defesa do império colonial à Revolução; e, 1974 a 1977, do pós-25 de Abril até ao reconhecimento formal de Israel.

Do todo, uma constante se retira: a política quanto ao Estado de Israel situa-se claramente no campo da reacção a acontecimentos de ordem externa que evocam ou convocam temores de desenvolvimentos intuídos, temidos ou desejados, seja no universo político nacional, seja no internacional.

### **1945-1958: DO RESCALDO DA GUERRA**

#### **AO RECONHECIMENTO DE FACTO DE ISRAEL**

A 25 de Novembro de 1947, numa sala da Biblioteca da Assembleia Nacional, Salazar a «traços muito largos» dava «indicação das fontes de maiores preocupações no momento actual»:

«[...] As características do momento actual são, não só na Europa mas no Mundo, a miséria e o medo. Estas duas realidades moldam o pensamento e a actividade dos povos e dos governos [...] Sei bem que é mais fácil criticar o passado que tomar deliberações para o futuro, mas dentro de poucos anos já não sofrerá discussão a tese de ter sido errada a política de guerra das potências anglo-saxónicas. E o maior número inclinar-se-á a ver que todos os erros derivaram de dois – a tese da rendição incondicional e a prioridade do teatro europeu das operações... daquelas posições proveio o esmagamento da Alemanha para além dos limites em que ainda poderia representar potência produtora, força defensiva e factor de equilíbrio no concerto europeu; e pior que tudo isso, proveio também a inevitabilidade do avanço e ocupação russa até ao coração e posições dominantes da Europa. [...] Será necessário alguma coisa de decidido e construtivo, se a Europa não quer demitir-se da sua posição; embora diminuída na relatividade das coisas, é ainda capaz de partilhar com o continente americano, filho do Ocidente e felizmente solidário com ele, as maiores responsabilidades.

[...] a consideração do estado geral dos espíritos e a evolução do pensamento político nalguns estados afastam-me de uma visão excessivamente pessimista. Isto é: eu não prevejo a catástrofe. Os dirigentes soviéticos têm-se revelado duros, tenazes, mas também prudentes... Isto me conduz a dizer algumas palavras do outro grande medo que aflige as nações: o medo do comunismo. [...] O Mundo tem medo do comunismo e os soviets servem-se dele para os seus fins.

[...] É natural a revivescência do nacionalismo que se seguiu à guerra e a ascensão dos povos à independência política; e são até compreensíveis alguns excessos, filhos do entusiasmo. Mas quando se reflecte nos acontecimentos dos últimos anos e em muito do que se pensa e continua a dizer pelo Mundo, há de sobra motivos para perguntar se os erros não eram afinal cartas de jogo, e só mudaram de mãos.

[...] Os acontecimentos da guerra e do pós-guerra no Extremo Oriente – as perturbações da Indonésia, a libertação da China, a independência da Índia e do Paquistão – têm tido as suas repercussões nos nossos pequenos domínios daquelas paragens e criado ao Governo algumas preocupações...»<sup>2</sup>

Entre 1945 e 1958, no que da «Questão Judaica» sobrava, o regime português era chamado a tratar simultaneamente as questões do ouro nazi e dos bens alemães, da nacionalidade ou naturalização dos judeus sefarditas acolhidos em Portugal, e da independência de Israel. O simultâneo aqui significa que, não raro, os decisores no Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) deviam decidir estes assuntos no mesmo dia ou com um ou dois dias de intervalo.

Plenamente bem-sucedido com a sua política de refugiados, praticamente evaporados no final da Guerra, o regime tinha agora de se determinar perante o «melindre do problema sionista»<sup>3</sup>.

As contingências da criação do Estado de Israel são relatadas na imprensa portuguesa. Em 1947, o *Primeiro de Janeiro* e o *Diário de Notícias* proporcionam reportagens em directo da Palestina<sup>4</sup>. Na véspera da votação nas Nações Unidas, João de Barros escreve na primeira página do *Diário de Lisboa*: «Sinto desde sempre uma irreprimível solidariedade para com os judeus, para com o povo judeu. O mais certo é ser cristão novo...»<sup>5</sup>

A propósito da independência de Israel, o *Diário de Notícias* dá um tom:

«Demitiu-se o Embaixador dos EUA (no Cairo) [...] Outros afirmam que os EUA devem escolher entre uma futura amizade com os árabes e o apoio perigoso a dar ao Estado judaico. Daí serem favoráveis a uma solução que favorecesse os países árabes, não só por motivos de segurança mundial como para consolidação da ONU e valorização das concessões petrolíferas.»<sup>6</sup>

Em Lisboa, enquanto a «Associação de Judeus cidadãos polacos iça na sua sede, as bandeiras portuguesa e da Palestina» a «colónia judaica portuguesa» comemora o estabelecimento do Estado de Israel, enviando uma representação à Legação americana para agradecer o reconhecimento<sup>7</sup>. Meses depois, Samuel Schwarz, destacado membro da comunidade israelita de Lisboa<sup>8</sup> escrevia longamente, no *Diário de Lisboa*, sob o título «O Estado de Israel e as suas ligações com a tradição portuguesa», em prol do reconhecimento do novo Estado; e entregava também no MNE um memorando ponderando as vantagens económicas desse reconhecimento<sup>9</sup>. No MNE, porém, entendia-se que «a questão do reconhecimento do Estado de Israel só pode ser considerada sob o ponto de vista de oportunidade de conveniência política»<sup>10</sup>.

Israel foi admitido nas NU a 11 de Maio de 1949. Portugal tinha visto o seu pedido de adesão à ONU rejeitado pelo veto soviético<sup>11</sup>. Não tomou conhecimento da novidade.

Salazar optou pelo não reconhecimento do Estado de Israel, não acusando sequer a recepção da carta enviada, a 14 de Março de 1949, pelo ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel a Caeiro da Matta, seu homólogo português, dando conta da realização de eleições para a Assembleia Constituinte e formação do Governo israelita. Ao cruzar-se com o cônsul de Portugal numa recepção em Durban, África do Sul, Moshe Sharett – que de resto frequentara Portugal durante a II Guerra – não se privou de lhe comentar

que o «Dr. Salazar ainda não reconheceu o meu país»<sup>12</sup>. Terá tido algum efeito pois poucos dias depois saía do MNE uma circular aos postos para «saber as posições dos países quanto ao reconhecimento de Israel»<sup>13</sup>. Elaborada a lista de países que já haviam reconhecido Israel, recebe uma anotação manuscrita: «Visto por S. Ex.<sup>a</sup> o Presidente do Conselho, que determinou que se mantivesse a situação actual. 30.08.50.»<sup>14</sup>

Esta orientação negativa aparece assim explicada:

«[...] o Governo português nunca reconheceu o Estado de Israel e a falta de reconhecimento tomou um carácter mais ostensivo em virtude de propositadamente se ter deixado sem resposta, até hoje, o telegrama em que o MNE daquele país anunciava a entrada de Israel na comunidade internacional. O mesmo facto não tem obstado ao estabelecimento de relações comerciais com os súbditos de Israel e, em diferentes organizações internacionais, as delegações portuguesas têm mesmo recebido instruções para favorecerem a admissão deste país, o que prova não ser esta falta de reconhecimento determinada por qualquer má vontade do Governo português.»<sup>15</sup>

O que provavelmente determinava a vontade do Governo português, ou a falta dela, era a mudança radical de perspectiva infligida ao quadro de acção externa do Estado Novo pela independência da Índia e a premonição dos problemas coloniais. Ao fim de anos de empenho no cimentar da respeitabilidade internacional de Portugal, Salazar ouvia, do país e do mundo, que os princípios e a obra da revolução nacional não tinham grande valor nem para a vida da nação, nem como elemento da política externa e muito menos como factor construtivo no mundo de amanhã.

Desde cedo se desenha no MNE uma linha que se poderia chamar pró-árabe se não se apresentasse tão timorata e confusa. Segundo o ministro português no Cairo, «quem tomar qualquer posição a favor de Israel sem atender à sensibilidade especial do mundo árabe e às necessidades de política interna e externa do Egipto perante os egípcios e o mundo árabe, tanto nesse caso de Israel, como no das negociações com a Inglaterra, sem obter nenhum benefício particular, não prestará decerto nenhum serviço ao Ocidente». Em carta que, um mês depois, escreve a Salazar, queixa-se do secretário-geral do MNE:

o «Dr. Vasco da Cunha teve a amabilidade de me expôr, antes da minha partida, como a Secretaria de Estado considerava limitados os nossos interesses no mundo árabe. [...] No Egipto trava-se, diplomaticamente, contra a Rússia... uma grande luta pelo Mediterrâneo, pelo Canal de Suez, pelos Países da Liga Árabe e seus petróleos; pela costa egípcia como linha de cobertura da Europa e do Mediterrâneo; e pelo continente africano...»<sup>16</sup>.

Neste início dos anos 50, a perspectiva de uma aliança muçulmana contra a Índia aparece como valiosa; Portugal vai alargando a sua representação nos países árabes conforme pode; procura geralmente uma posição muito discreta. Nesse mesmo ano, por

exemplo, emite instruções de abstenção à admissão de Israel à FAO<sup>17</sup>. A discussão dos problemas coloniais na ONU empresta interesse ao voto de Israel, que, de início, apoia em certa medida as posições portuguesas.

A diplomacia israelita trabalha incansavelmente pelo reconhecimento. No seu artigo «Constraints and Adjustments in Portugal's Policy toward Israel», Jacob Abadi<sup>18</sup> argumenta que embora houvesse quem julgasse que a esquivia portuguesa era devida a um enfeudamento à política espanhola ou a uma excessiva influência do Vaticano, sempre prevaleceu a corrente que valorizava a situação geoestratégica da Península e que defendia a persistência na abordagem aos dois países ibéricos. A recordação da II Guerra Mundial e do perfil da neutralidade portuguesa mantinha presente as mais-valias estratégicas de Portugal, a frente atlântica, o comando das vias marítimas, a proximidade da entrada do Mediterrâneo, os Açores, e ainda a virtualidade de, conquistado Portugal, se abrirem portas em Espanha.

De facto, em 1953 Israel fez diversas diligências no plano político, junto de diversas representações portuguesas, designadamente em Bruxelas, Paris, Roma, Londres, Washington, Istambul, no sentido do reconhecimento por Portugal. O assunto foi submetido a despacho do ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Cunha, que decidia: «Na verdade a presente ocasião de agitação manifesta em torno dos problemas de Israel/Estados Árabes desaconselha que se tome qualquer posição, alterando o *statu quo*, que seria objecto de exploração. Quando se entrar em situação mais tranquila, procurar-se-á rever o assunto. 23/2/53.»<sup>19</sup>

Os ataques indianos de 1954 aos enclaves de Dadrá e Nagar Aveli e, por outro lado, o início das hostilidades na Argélia e, posteriormente no Suez, são traumáticos e desencadeiam uma importante revisão da política geral. Paulo Cunha refere múltiplas vezes, inclusive aos embaixadores da Grã-Bretanha e da França, a preocupação portuguesa com o crescimento do nacionalismo árabe radical de Nasser, com o perigo das decisões de Bandung para o Ocidente, o facto de a França se poder sentir tentada a retirar do Norte de África, a derrocada do Ocidente. «É o caso mais gritante da incapacidade ocidental de conduzir os negócios do mundo que tenho presenciado. Uma vergonha e um desastre», escrevia Oliveira Salazar a Marcello Mathias<sup>20</sup>.

Entretanto, e ainda segundo J. Abadi<sup>21</sup>, o Embaixador de Israel na Bélgica informava Telavive que o seu colega português Eduardo Leitão era muito crítico da política médio-oriental espanhola e assegurava que apenas Goa era obstáculo a uma normalização das relações diplomáticas entre Portugal e Israel. Este mesmo embaixador israelita transmitia ao seu serviço a ideia de que

«os portugueses apresentavam má consciência sempre invocando que não podiam ignorar os árabes que tinham tantos mais votos nas NU e no bloco asiático. Tal não iria impedir o Governo português de reconhecer Israel; Lisboa estava simplesmente à espera do momento oportuno para elevar as relações. Em princípio, Portugal tinha em mente primeiro um reconhecimento *de facto* com relações consulares, e mais tarde um reconhecimento *de jure*, com relações diplomáticas.»

De facto, a questão do reconhecimento de Israel nunca desaparece do horizonte. Ainda em 1953, a Circular 23 explica aos postos diplomáticos a política de não reconhecimento<sup>22</sup>. Um ano depois, o secretário-geral do MNE manda o ministro de Portugal em Bruxelas comunicar ao ministro de Israel naquela cidade que o Governo português aceita com agrado a abertura de um Consulado daquele país em Lisboa. Embora o Governo português não saiba ainda se poderá abrir na mesma ocasião um consulado em Telavive (decerto honorário) deseja que essa possibilidade seja expressamente aceite desde já pelo Governo de Israel. Conforme o ministro dos Negócios Estrangeiros combinou no Rio de Janeiro com o ministro de Israel, a aceitação do cônsul daquele país (que envolve o reconhecimento implícito daquele Governo) «far-se-á sem ser precedida ou seguida de qualquer forma de reconhecimento expresso, que nas circunstâncias actuais não seria conveniente»<sup>23</sup>.

Meses depois, as circulares 7 e 13 informam os postos nos mesmos moldes<sup>24</sup>; no entanto nada acontece, certamente por via da crise do Suez<sup>25</sup>. No início do Verão de 1958 decide-se no MNE proceder ao reconhecimento formal: em Julho de 1958 a decisão é «suspensa», ficando-se as autoridades portuguesas pelo reconhecimento implícito, através da autorização de abertura de um Consulado de Israel em Lisboa e da assinatura, no ano seguinte, de um acordo comercial e de pagamentos<sup>26</sup>.

Assim, embora o Governo português concordasse com o estabelecimento de relações consulares em Dezembro de 1954, só em 1958 foi dado o *exequatur*: o Presidente do Conselho despachou: «Deve conceder-se o *exequatur* à nomeação do Cônsul de Israel. Os países árabes não mudarão de posição quanto a nós seja qual fôr a decisão que tomarmos. Israel votará a favor. 29.8.58. Salazar.» O *exequatur* era a forma de contornar o reconhecimento expresso. O cônsul de Israel, porém, não tinha qualquer entrada no sistema político e social português<sup>27</sup>. «Não está no processo mas o Consulado Geral de Israel em Lisboa informou-nos que, na nota dirigida pelo Embaixador em Bruxelas ao enviado especial de Israel, o Governo português informava que a concessão do *exequatur* não seria de momento seguida de nenhuma forma de reconhecimento de Israel e que não seria aberto nenhum consulado português em Israel.»<sup>28</sup>

### **1958-1974: DA POLÍTICA DE DEFESA DO IMPÉRIO COLONIAL À REVOLUÇÃO**

O quadro de referências do Estado Novo revela-se particularmente incapaz de lidar com os novos termos da política internacional e, sobretudo após a entrada nas Nações Unidas<sup>29</sup>, a política colonial irá conferir-lhe progressivamente um estatuto de pária, agravado pela circunstância de, muito além da declaração de princípios, o regime ser obrigado a negociar a votos a sua interpretação do interesse nacional.

A ideia pouco avisada de apresentar a candidatura ao Conselho de Segurança tornou claro que a situação nas Nações Unidas apertava para Portugal, e que cada voto valia ouro. Israel insiste pelo reconhecimento e, em 1960, Franco Nogueira escreve:

«Continua em aberto o problema do reconhecimento formal, por nossa parte, do Estado de Israel... Dificuldades administrativas foram um obstáculo inicial. Ulteriormente, com a

nossa entrada nas Nações Unidas suscitaram-se embaraços de ordem política, e pouco a pouco fomos arrastados para um dilema que se pode resumir assim: se reconhecemos Israel, corremos o risco de uma activa hostilidade dos países árabes; se o não fizermos, parece inevitável perdermos o apoio do governo de Tel-Aviv. Para adiar uma decisão, que sempre se revelou difícil, temos prolongado uma atitude evasiva: prodigalizamos boas palavras aos Estados Árabes, salientando que não reconhecemos Israel; e alimentamos ao Governo de Tel-Aviv algumas esperanças, avançando em momentos mais decisivos um passo no caminho do reconhecimento, sem nunca, no entanto, havermos chegado a concretizá-lo pública e formalmente.»

Sobre este apontamento, anotada à mão, recai uma observação esclarecedora: «Deve pensar-se em qualquer decisão sobre este assunto e aguardar-se que seja efectuada a eleição p/o Conselho de Segurança. Depois conforme as atitudes dos árabes decidiremos.»<sup>30</sup>

Meses depois, Eduardo Leitão, ministro de Portugal em Bruxelas, dizia para Lisboa:

«Receio muito Estado Israel vá definitivamente virar-se contra nós nas questões Ultramarinas. Fui informado Governo de Israel magoado connosco dizendo termo-nos recusado sistematicamente praticar menor acto atenção para com ele que sempre nos manifestou simpatia ao passo que seguimos política contrária com árabes que nos fazem todo mal possível. Embaixador aqui assegurou-me seu país agora resolvido apoiar todos povos aspiram libertação.»<sup>31</sup>

Golda Meir tinha lançado Israel na política africana e, através de um apoio técnico concreto ao desenvolvimento, conseguia efectivar apoios em África. Bruxelas relatava «espectaculosa entrada ontem no Parlamento de Lumumba e Kasavubu rodeados agentes governos Ghana e Israel, mostra claramente último país quer intervir na política Congo Belga. Seu objectivo consiste opor-se penetração árabe na África Central, mas para conseguir isto procura alcançar prestígio junto políticos indígenas arvorando-se defensor extremo de todas reivindicações nacionalistas»<sup>32</sup>. Quando a nova opção política de Israel encontra concretização em votos nos organismos internacionais, representantes portugueses não se privarão de manifestar aos representantes de Israel a incompreensão do Governo de Lisboa dado «que durante a guerra Portugal foi refúgio de Israelitas perseguidos»<sup>33</sup>.

Com o desenrolar da Guerra Colonial, a posição dos dois países foi-se afastando. Tem-se a impressão de que com os problemas que Israel tinha de enfrentar a nível internacional, particularmente patentes nas NU, as autoridades daquele país deixaram de ver vantagem no estreitamento de relações com Portugal. Era mesmo contraproducente, além de que a democracia socialista hebraica sempre tivera muita relutância em aceitar lidar com o regime português.

Veja-se como, em Setembro de 1967, Lisboa telegrafava a Paris, com carácter urgente e secretíssimo:

«Depois de declarações que oportunamente foram feitas por nossa parte quanto conflito israelo-árabe e acerca atitude hostil Israel sempre havia mantido para connosco governo Tel-Aviv fez-nos saber desejava mandar Lisboa Emissário confidencial ao que acedemos. Efectivamente veio aqui e foi recebido por S. Ex.<sup>a</sup> o Presidente do Conselho uma individualidade israelita que reside Paris e que nessa cidade não só representa Primeiro-Ministro Eskol como Ministério Defesa Nacional, estando encarregada problemas armamento francês para aquele país. Na conversa S. Ex.<sup>a</sup> Presidente Conselho indicou algumas razões de queixa tínhamos contra Israel, mencionando discursos votos hostis ONU e apoio político embaixadas Israel Congo e noutros países davam chefes terroristas alguns dos quais recebiam mesmo bolsas de estudo para aquele país além de que pelo menos em Moçambique encontramos armas israelitas mão terroristas. Por outro parecia-nos Governo Tel Aviv julgara poderia defender-se do cerco dos árabes cercando estes por sua vez de uma cintura negra amiga de Israel. Hostilidade a Portugal surgia como método fácil conquistar amizade África negra. Mas factos provavam inaniidade tal política. No momento da crise nem um só Estado Negro se ergueu em favor de Israel... Só por ingénio israelismo se poderia pensar que poderio político ou militar negro tinha qualquer força para deter árabes ou auxiliar Israel. Nunca compreendêramos povo tão inteligente como israelitas houvesse podido ter tal concepção. Finalmente não sabíamos que houvéssemos dado quaisquer motivos de queixa a Israel pois não só durante a guerra ajudáramos salvar muitos e muitos milhares judeus como sociedade portuguesa acolhe sem menor discriminação todos portugueses de ascendência judaica que se encontram perfeitamente integrados e ocupam altas posições na nossa vida nacional<sup>34</sup>. [...] Emissário regressou Paris e acaba de nos fazer saber disposição Governo Tel-Aviv rever toda atitude nosso respeito incluindo sua posição ONU...»<sup>35</sup>

Guerra é guerra: no princípio dos anos 70, pelo seu lado, Portugal deitava mão a tudo. Assim se dirigia a Secretaria de Estado ao embaixador de Portugal no Cairo:

«Embaixador Líbia esteve Lisboa... teve duas conversas com Director Político em que manifestou mesmas disposições tem referido V. Ex.<sup>a</sup> quanto desejos seu Governo estabelecimento contactos diversos países independentemente suas condições políticas mas unicamente tendo em vista satisfação reais interesses líbios. Desde o início não escondeu que todas possibilidades contactos connosco estavam condicionadas aos fornecimentos de material de guerra em que estavam interessados estando Embaixador convencido beneficiar pessoalmente através recebimento importante comissão como depois foi aqui averiguado. Director Político respondeu tocando seguintes aspectos: Portugal tinha sempre desejado manter o maior número de contactos com novos países africanos. [...] Essas rela-

ções foram depois interrompidas por iniciativa africana numa atitude puramente emocional sem qualquer relação com reais interesses desses países. Por outro lado, sempre tivemos dificuldades de entender por que razão países árabes do Norte de África consideravam ter de manter solidariedade com países África negra a que nada os ligava nem histórica nem culturalmente e que no ponto de vista político mantinham relações de grande intimidade e aceitavam ajuda de Israel com conseqüente apoio posições daquele país contrárias aos interesses árabes. [...] Obedecendo esta maneira de ver, Portugal acolhia com grande interesse desenvolvimento suas relações com países árabes, ainda que estas se estabelecessem por enquanto de forma oficiosa. Por isso estaríamos prontos a considerar fornecimentos de alguns dos equipamentos desejados pela Líbia na condição de estes não poderem em caso algum ser desviados de forma a virem a ser utilizados contra territórios portugueses (Embaixador logo se mostrou disposto a dar esta garantia que compreendeu perfeitamente). E essa cooperação luso-líbia poderia também desenvolver-se noutros campos como no do petróleo, através da missão que íamos enviar a Trípoli para estudo paciente entre os nossos dois governos de atitudes de neutralidade na ONU que pudessem servir os nossos respectivos interesses, em relação à África no que nos diz respeito, em relação a Israel no que se refere Líbia. Sabíamos que necessitaríamos conversar para chegar entendimento este respeito... Mas estávamos convencidos que em sucessivas visitas V. Ex.<sup>a</sup> a Trípoli poderíamos ir explorando possibilidades com devida antecedência em relação próxima Assembleia Geral ONU de modo procurar chegar resultados pudessem ser aplicados momento próprio. [...] Finalmente prontificamo-nos aceitar desde já fornecimento pela SPEL de bombas napalm (por se tratar munições podem ser utilizadas por forças aéreas de que terroristas não dispõem) e de equipamentos de hospitais, quartéis... que não sejam materiais de guerra...»<sup>36</sup>

Em 1971, as instruções para a Missão na ONU não podiam ser mais claras:

«A fim facilitar contactos e conversas que em vários planos estamos procurando intensificar com países árabes, convirá que nossa atitude em relação votações sobre problemas israelo-árabes continue a ser de abstenção e até nos casos mais importantes de ausência, salvo se surgirem aí outras considerações que V. Ex.<sup>a</sup> oportunamente nos transmita.»<sup>37</sup>

Em Fevereiro de 1973 Portugal recusava a visita de uma equipa de futebol israelita. Pouco depois, em Setembro, Portugal e Israel eram os bombos da festa multilateral. Nessa altura, as tentativas árabes de fazer equivaler Israel a um regime colonial concentravam-se em equiparar a nação judaica com Portugal. A Declaração de Luta pela Libertação Nacional da Cimeira Não-Alinhada de Argel condenava os dois países, descrevendo Israel como participante da aliança militar Pretória – Salisbúria – Lisboa contra todos os movimentos de libertação nacional<sup>38</sup>.

A 17 de Outubro de 1973, o MNE circulava aos postos diplomáticos a informação seca:

«Utilização Base das Lajes tem vindo a ser feita por americanos é normal termos acordos vigentes há mais vinte anos. Relativamente conflito Médio Oriente nossa posição é de neutralidade a despeito atitude hostil interesses portugueses da parte alguns desses países nomeadamente recente caso reconhecimento “proclamação independência” PAIGC feita por Síria, Iraque e Egipto. Quanto precede é para conhecimento e orientação V. Ex.<sup>a</sup>. Caso aí lhe sejam feitas perguntas sobre assunto deverá V. Ex.<sup>a</sup> responder nessas linhas dizendo no entanto vai pedir confirmação oficial Secretaria de Estado quando e se perguntas formuladas por esse governo.»<sup>39</sup>

Porém, a 19 de Novembro, já mais explícito, Ruy Patrício assinava nova Circular Telegráfica:

«No contexto eventuais conversas com seus colegas árabes que especialmente actual condicionalismo haverá todo o interesse em cultivar poderá ser dito dando aspecto de se estar inclusivamente ultrapassando limites instruções recebidas e pedindo maiores reservas suas à divulgação parte interlocutores V. Ex.<sup>a</sup> que governo israel solicitou oportunamente autorização para seus aviões utilizarem Base Lajes o que lhes foi imediatamente recusado apesar pressões fomos submetidos como é natural e compreensível. Para tal atitude apenas nos animaram sentimentos nos têm determinado não reconhecer Israel e não apoiarmos Estado Judaico no seu conflito com árabes.»<sup>40</sup>

Depois da Guerra do Yom Kippur, os países árabes tiveram um famoso acesso de fúria e Portugal, com outros, foi colocado nas suas listas de boicote petrolífero. Portugal tinha de ser punido pela política colonial e pela colaboração com os EUA. Sobre o assunto, escrevia-se no MNE, em 1976:

«Portugal foi o único país da OTAN a autorizar que os EUA utilizassem instalações no seu território para auxílio a Israel durante o conflito. A decisão não foi tomada por simpatia com Israel mas por pressão dos EUA. Embora seja difícil de saber até que ponto seria possível a um governo tão isolado como o nosso na época resistir às pressões dos EUA para utilizar uma base vital naquela ocasião, o facto foi imprudente pois os países árabes retaliaram com um embargo no fornecimento de petróleo a Portugal, além de que não deixariam de incrementar o seu auxílio aos movimentos de libertação. Na altura a escalada de armamentos na Guiné e Moçambique começava a ser inquietante e o governo português fizera um pedido de fornecimento de material de guerra aos EUA que não tinha meios para pagar. Seja como for, Portugal apareceu como tendo prestado um grande serviço a Israel numa hora crítica, e em particular nos EUA houve um momento de grande simpatia pela nossa atitude. Em duas circulares a todos os postos, C27, de 17/10/73 e C36, de 13/11/73,

o Governo português declarou que a sua posição era de neutralidade. O Governo recusou igualmente a escala nas Lajes de aviões de Israel – C38, de 19/II/73.»<sup>41</sup>

Em todo o caso, o Consulado de Israel em Lisboa retoma as iniciativas pelo reconhecimento e, a 11 de Abril de 1974, consta de documentos que Portugal se decidira a abrir um Consulado em Israel,

«para o que não seria estranha a questão do fornecimento de armas, nomeadamente sofisticados mísseis e aviões C-130. Estes poderiam vir através de Israel, a administração EUA não necessitando desta maneira de autorização do Congresso para enviar material oficialmente destinado a Israel. Estes fornecimentos não chegaram a ter lugar. De Jerusalém também não veio resposta até ao 25 de Abril sobre o nosso pedido de abertura de Consulado Geral em Tel-Aviv ou Jerusalém. No mesmo apontamento se informa que tinham iniciado contactos entre os serviços secretos israelitas e a DGS, que estavam a correr de forma satisfatória.»

#### **1974-1977: DO PÓS-25 DE ABRIL AO RECONHECIMENTO FORMAL DE ISRAEL**

A 3 de Maio de 1974, o cônsul-geral de Israel entrega uma nota no MNE declarando que Israel decidira reconhecer *de jure* o Governo da Junta de Salvação Nacional, e manifestando o desejo de as relações serem expandidas. Essa nota provoca pensamento e, dois dias depois, a 7, aparece um papel dizendo

«como Portugal nunca reconheceu o Estado de Israel – apenas existem relações consulares e essas mesmo unilaterais [...] não foi feita qualquer comunicação a Israel acerca da constituição da JSN depois do triunfo do MFA. [...] O acusar-se a recepção dessa nota implicará consequentemente o reconhecimento também pela nossa parte do Estado de Israel. Deve notar-se que por instruções do então Ministro dos Negócios Estrangeiros se procedeu em Março passado a uma diligência junto do Cônsul Geral de Israel no sentido de propor ao Governo Israelita a abertura de um Consulado de Portugal em Tel-Aviv ou Jerusalém. Tal gesto da nossa parte destinava-se a criar o paralelismo com a situação já existente em Lisboa e não significava no entanto o reconhecimento de Israel, embora pudesse entender-se como primeiro passo nesse sentido. Até à data o Governo Israelita não reagiu à diligência em questão. Tendo em consideração quanto precede, especialmente as implicações no plano internacional de uma eventual resposta à nota em questão, superiormente se decidirá se deve ou não responder-se a ela, embora pareça difícil deixar de o fazer».

Portugal sofria do embargo petrolífero, da perturbação revolucionária e do desejo de aceitação e de ajuste de contas com o passado. Um ano depois, a 9 de Outubro de 1975, Ernesto Melo Antunes, então ministro dos Negócios Estrangeiros, discursa na Assembleia Geral das Nações Unidas, explorando uma posição pró-palestiniana.

Justamente em 1975, Israel enfrenta um dos seus momentos mais difíceis nas NU, entre a política soviética, o alinhamento dos não-alinhados, e a fúria dos países árabes, unidos num paroxismo de despeito com a humilhação da derrota do Kippur, em pressão crescente para consagrar um estatuto de pária e provocar a expulsão do Estado judaico da organização<sup>42</sup>.

A 1 de Outubro de 1975, no decurso da Assembleia Geral das NU, Cuba, Somália e o Benim submeteram uma emenda à resolução da Terceira Comissão sobre racismo e *apartheid* – no sentido de juntar «sionismo», equacionando-o com racismo. A resolução foi aprovada em Comissão, a 17, com prévias declarações de oposição dos EUA e dos nove europeus, entre outros. O voto final teve lugar a 10 de Novembro de 1975 – a resolução declarando que o sionismo é uma forma de racismo e de discriminação racial foi aprovada por 72 votos a favor, 35 contra e 32 abstenções.

Portugal votou a favor. Este voto causou estranheza em Israel e foi vivamente deplorado. Foram recebidas cartas de protesto, e portugueses enviaram cartas à Embaixada de Israel em Paris dissociando-se do voto. O nosso embaixador em Paris refere que o seu colega israelita manifestou a François Mitterrand a surpresa e inquietação pelo voto de Portugal, «tendo pedido que intercedesse junto do Partido Socialista Português e pessoalmente junto de Mário Soares no sentido de melhor compreensão por parte dos partidos progressivos portugueses da posição e da situação de Israel».

Em Portugal era a véspera da independência de Angola. Nos jornais, o *Expresso* e *O Século*<sup>43</sup> relatam curta e factualmente; o *Diário de Lisboa*<sup>44</sup> informava ainda que as potências ocidentais haviam declarado que não apoiariam outras medidas sobre a Década das NU de Combate ao Racismo. Solitário, Jaime Gama apresentava um pedido de esclarecimento formal na Assembleia Constituinte<sup>45</sup>.

O *Expresso* de 14 de Fevereiro de 1976 incluía duas páginas sob o título «Controvérsia em torno de uma resolução /Portugal e o voto sobre o sionismo». Num tom de concórdia sobre o sionismo ser uma forma de racismo, A. Martins Lopes explicava ao leitor:

«Assim, se a Esquerda portuguesa não tem dúvidas em concordar com o voto da delegação de Portugal na ONU, o mesmo não se pode dizer do resto do leque político nacional. A extrema-direita discorda porque se mantém fiel ao velho problema salazar-caetanista, segundo o qual “entre árabes e judeus, venha o diabo e escolha”. A direita “inteligente” discorda apenas para ser conseqüente com o seu anticomunismo mais ou menos mitigado (podendo disfarçá-lo com manifestações de compaixão pelos “judeus coitadinhos”). Quanto ao PS, que levantou a questão na Assembleia Nacional, a sua atitude insere-se na linha de ataque a um Ministério que lhe é muito caro e que agora chefia. Por outro lado, a ditar o seu comportamento há também o “internacionalismo socialista”, não podendo esquecer-se que Israel é o único país não europeu com assento no areópago socialista que dá pelo nome de “Internacional”. Mas pondo de parte estas “condicionantes”, tem de reconhecer-se que a forma como votou a delegação portuguesa está de acordo com “indí-

cios” anteriores, como sejam o discurso do Ministro Melo Antunes de 8 de Outubro e as palavras por ele proferidas sobre o assunto em duas conferências de imprensa posteriores àquela data. Além disso, a atitude de Portugal na ONU não mereceu grandes reparos além-fronteiras, sendo sintomático que a Imprensa americana, francesa e inglesa controlada pelo “lobby judaico” criticou o resultado da votação e aqueles que para ela contribuíram, mas o nosso país nunca foi singularizado nessas críticas.»

O destaque do artigo vai para uma colaboração de João Bénard da Costa que, num longo texto em que dá as luzes sobre a substância do problema, conclui: «De todo o exposto, facilmente se depreende que, no plano dos princípios, esse voto me aparece certo, e que, a esse plano, a repugnância que suscitou se me afigura não justificada. [...] Portugal devia ter votado como votou.»

A tranquilidade da ignorância festiva é apenas perturbada por André Gonçalves Pereira, que, sóbrio e curto, comentava o seguidismo terceiro-mundista da política portuguesa, defendendo uma abstenção com explicação de voto: «Aprovar a equiparação pura e simples do sionismo ao racismo equivale à negação do direito à existência do Estado de Israel, e é uma posição racista.»<sup>46</sup>

Melo Antunes teve oportunidade de se explicar. O seu discurso de despedida aos funcionários do MNE, no início do Verão de 1976, apresenta o breviário canónico do moderno anti-semitismo de esquerda, aquele que depois da fundação do Estado de Israel pode passar a dizer que os judeus indivíduos meritórios do passado merecem toda a consideração, mas que o nome que os designa como nação moderna dentro de um Estado próprio, que é o sionismo, é um racismo não aceitável. Veja-se:

«A política de aproximação [aos países árabes] surgiu na sequência do 25 de Abril, como uma das consequências naturais da abertura ao mundo então tornada possível. [...] Esta aproximação com o mundo árabe não deixaria de ser acompanhada por uma renovada consideração do problema do Médio Oriente, que tomasse em consideração os legítimos direitos do povo palestino, à sua existência nacional e à sua constituição como Estado. Foi neste sentido que evoluiu, como não podia deixar de ser, a nossa posição nas Nações Unidas no tocante à Questão do Médio Oriente. Assim, em 1974 Portugal votou duas importantes resoluções em que eram reafirmados os direitos do povo palestino [...] e o estatuto de observador da OLP. Note-se que o voto de Portugal não seguiu o da maioria dos países do chamado Mundo Ocidental.

Pouco depois de assumir o cargo de MNE, a 24/4/75, tive ocasião de me pronunciar a primeira vez sobre a questão: “no caso de Israel, não temos razão alguma para hostilizar esse país. Pensamos, no entanto, que os problemas dos palestinos devem ser resolvidos de uma forma justa [...]” Mais tarde, em Outubro de 1975, no meu discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas declarei: desejamos que se caminhe para uma solução que passe pelo reconhecimento dos direitos do povo palestino à autodeterminação e existência

nacional (embora pensemos não se poder simplesmente ignorar um facto nacional israelita já adquirido). Somos por uma solução de convivência igualitária. Defendemos os legítimos direitos do povo palestiniano, condenamos a ocupação por Israel dos territórios árabes. Defendemos sempre, igualmente, a existência do Estado de Israel, que consideramos irreversível.

Nada nos move contra a antiquíssima cultura judaica, que tão grandemente fecundou a cultura ocidental; nem nada nos poderia mover contra o povo judeu que, desde há 3 séculos abolida a discriminação dos cristãos-novos, tem encontrado em Portugal um seguro país de asilo.

*A esta luz se deve entender o voto de Portugal na resolução da ONU de Novembro de 1975, que equipara sionismo a uma forma de discriminação racial. Ao condenarmos o sionismo não estamos a condenar um povo, uma cultura ou uma religião, o que será fundamentalmente contrário aos princípios do humanitarismo universalista que perfilhamos. Ao condenarmos o sionismo, estamos a condenar uma doutrina e uma prática concreta, que tal como hoje se apresenta, se equipara à discriminação racial.*

Com efeito, no campo da doutrina, o sionismo que condenamos é o que proclama o princípio consagrado na famosa “Lei do Retorno”, segundo a qual todo o judeu, i.e., todo o que professe a religião judaica, tem o direito (para não dizer o dever) de, seja qual for o país em que esteja fixado, instalar-se com direito de cidadania plena, em Israel. Importante é verificar que este direito é reconhecido aos judeus apenas, dele estando excluídos todos os outros povos, incluindo e principalmente aqueles que, há 14 séculos povoam a Palestina. O sionismo que condenamos é ainda o movimento político nascido nos fins do século passado na Europa, como reacção aliás justíssima às perseguições de carácter étnico que os judeus aí fixados – do ramo Ashkenaze – sofreram e que culminaram nos horrores hitlerianos, movimento que se propõe criar num território, a Palestina, um Estado (Judenstaat) ao qual pertenceriam todos os judeus definidos como tais, não tanto pela sua fé, mas como membros de uma comunidade étnica. No campo da prática, o povoamento por Israelitas de um território já habitado constitui uma colonização forçada e pressupõe a expulsão dos palestinianos ou a sua redução a um estado de sujeição; é pois uma situação colonial ou neocolonialista. Em face da única definição racial relevante no contexto das NU (toda a distinção, exclusão ou preferência baseada na raça, na cor, na ascendência ou na origem étnica ou nacional), o sionismo apresenta-se portanto como uma ideologia racista.

A situação actualmente vivida em Israel, a discriminação a que ali estão sujeitos os palestinianos e, até, os próprios judeus orientais, os do ramo sefardita, que sempre viveram em paz com os árabes, o agravamento da conflitualidade étnica que a situação de guerra gera, são fenómenos inquietantes, que nos levam a condenar o sionismo, como motor de política agressiva e expansionista de Israel, mas não o sionismo como movimento religioso e cultural.

*O nosso voto não representa portanto, uma condenação global de Israel como Estado, e muito menos uma condenação do povo judeu ou da cultura judaica, que respeitamos profundamente. Tanto assim que estaríamos sem dúvida dispostos a encetar relações normais com Israel, se para tanto tivéssemos sido devidamente solicitados.»<sup>47</sup>*

O governo que se segue tem oportunidade de corrigir a mão: no Programa do I Governo Constitucional que apresenta a 2 de Agosto de 1976, Mário Soares diz que «se apresentam à nossa actividade internacional as questões do estabelecimento de relações diplomáticas com a China Popular e Israel». Uma missão do Partido Socialista fora dois meses antes a Israel. Era ministro dos Negócios Estrangeiros José Medeiros Ferreira. No Ministério não se leva a decisão muito a sério:

«posição governo português mantém-se sem alteração uma vez sempre reconhecemos facto existência Estado Israel ao mesmo tempo reconhecemos direitos legítimos povo palestino. Em tal contexto intenção normalização relações entre Portugal e Israel não implica qualquer mudança atitude temos assumido em organizações internacionais em que Portugal é chamado a pronunciar-se sobre situação Médio Oriente. Todavia não se encontra ainda fixado calendário aquela normalização não havendo por enquanto nossas autoridades julgado necessário abertura em Israel representação consular ou diplomática portuguesa.»<sup>48</sup>

A 12 de Maio de 1977, segundo uma nota divulgada pelo MNE, Portugal e Israel acordaram em estabelecer relações diplomáticas a nível de embaixada, pelo que o Consulado-Geral de Israel em Lisboa foi elevado à categoria de embaixada. O Governo português, acrescenta o MNE, abrirá oportunamente a sua Embaixada em Israel. O *Diário de Notícias* do dia seguinte, em primeira página, acrescenta:

«Portugal não manteve relações oficiais com o Estado de Israel após a sua criação em 1948, mas esta situação veio a alterar-se após o 25 de Abril. Entretanto, delegações portuguesas e israelitas têm trocado visitas, tendo Israel oferecido a sua colaboração para o desenvolvimento da agricultura portuguesa. Em Nova Iorque, quando da recente visita do PM Mário Soares, o embaixador de Israel nas NU, [Ch]aim Herzog, manifestou ao enviado do DN a sua satisfação pela esperada abertura de relações diplomáticas, tendo na altura sublinhado que a decisão do governo português afirmava a sua independência em relação a factores externos.»

Khadafi terá dito: «A Revolução portuguesa foi paralisada pela chamada democracia socialista.» A Liga Árabe ameaçou cortar relações diplomáticas. Voltou a falar-se em boicote petrolífero. A diplomacia portuguesa viveu momentos de aflição. Desmultiplicou-se em explicações, proclamando que apenas cumpria um programa de abertura e relações com todos os países do mundo, e afirmando que nada havia mudado e que não abriria embaixada em Israel. Os diplomatas que em Nova York faziam campanha para a eleição para o Conselho de Segurança viram-se em apuros. O primeiro embaixador que Portugal acreditou em Israel foi Rui Medina, embaixador de Portugal em Roma, em 1988, e o primeiro embaixador residente foi João Quintela Paixão, enviado em Agosto de 1991, por necessidade absoluta de assegurar a Presidência Portuguesa do Conselho Europeu. RJ

**1** Resolução 181. Votaram favoravelmente 33 países: África do Sul, Austrália, Bélgica, Bolívia, Brasil, Bielorrússia, Canadá, Costa Rica, Checoslováquia, Dinamarca, Equador, EUA, França, Filipinas, Guatemala, Haiti, Holanda, Islândia, Libéria, Luxemburgo, Nicarágua, Noruega, Nova Zelândia, Panamá, Paraguai, Peru, Polónia, República Dominicana, Suécia, Ucrânia, URSS, Uruguai, Venezuela.

Contra, votaram 13 países: Afeganistão, Arábia Saudita, Cuba, Egipto, Grécia, Índia, Irão, Iraque, Líbano, Paquistão, Síria, Turquia, Iémen. Abstiveram-se: Argentina, Chile, China, Colômbia, El Salvador, Etiópia, Honduras, México, Reino Unido e Jugoslávia.

**2** SALAZAR, António de Oliveira – *Discursos e Notas Políticas*, Ed. 1937-1967, Coimbra, vol. IV, p. 287.

**3** O Governo português não dá seguimento a uma diligência britânica no sentido da intercepção, nos Açores, de transporte clandestino de imigrantes para a Palestina: «Embaixador RU pediu não fossem dadas bancas nos portos dos Açores ao vapor "Presidente Warfield". Dado o melindre que reveste internacionalmente o problema sionista, o Governo português entende não dever tomar posição no assunto e não poder dar seguimento ao pedido da embaixada britânica.» [Ofício de 7 de Abril de 1947, do secretário-geral do MNE ao chefe de gabinete do ministro da Marinha]. A 13 de Maio, o embaixador em Londres assegura ao Foreign Office: «No portuguese vessel has been used for the conveyance of illegal immigrants to Palestine». Note-se, no entanto, que a 6 de Maio de 1948, em Lourenço Marques, embarcam 500 jovens judeus para a Palestina. Proc. 33,177 PEA, AHDMNE.

**4** Jaime Brasil, 2 de Fevereiro a 18 de Março de 1947 e M. L. Rodrigues, 23 de Maio de 1947, respectivamente.

**5** *Diário de Lisboa*, 27 de Novembro de 1947.

**6** *Diário de Notícias* de 23 de Maio de 1948.

**7** *Diário de Notícias*, 15, 16 de Maio de 1947: «Os judeus residentes em Lisboa, manifestaram ontem à noite a sua gratidão aos EUA pelo imediato reconhecimento da independência do novo Estado de Israel. Além de enviarem um telegrama ao presidente Truman, em que expressavam a sua satisfação e o seu reconhecimento, uma comissão de 12 individualidades judaicas esteve às 12H no edifício da Embaixada americana em Lisboa. A comissão que representava o Centro israelita de Portugal (HeHAbber) e era constituída pelos Senhores David Halpern, Sentob Sequerra, dr. Elias Baruel, dr. M. Fradés, Nachemja Kac e Simon Benkowitz, foi recebida pelo sr. Albert Clattenburg, Encarregado de Negócios. David Halpern proferiu um pequeno discurso, pedindo que transmitisse "gratidão dos israelitas que se encontram em Portugal"».

**8** S. Schwarz viera da Polónia nos anos 10 e fora já protagonista da «descoberta» dos marranos de Belmonte, bem como do res-

tauro e reabertura museológica da Sinagoga de Tomar.

**9** Proc. 33,177 PEA, AHDMNE.

**10** Informação de 18 de Junho de 1949, M 183 PEA, Luís Esteves Fernandes.

**11** *Vd.* nota oficiosa «Portugal e as Nações Unidas», 4 de Setembro de 1946, a propósito do veto soviético à entrada de Portugal na ONU: Portugal apresentara o pedido de admissão por sugestão EUA e RU [...] e o Governo «não está arrependido de ter solicitado a admissão nem pesaroso de não entrar», in SALAZAR, A. de Oliveira – *Discursos e Notas Políticas*, vol. IV.

**12** Moshe Sharett foi pela primeira vez ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel entre 1949 e 1954. Durante a II Guerra Mundial, era representante da Jewish Agency onde se ocupava de assuntos de refugiados e imigração para a Palestina. A Jewish Agency fora criada nos anos 20 para representar os interesses judaicos junto das autoridades do Mandato Britânico para a Palestina, estabelecido pela Sociedade das Nações. Proc. 33,177 PEA, AHDMNE, 6 de Junho de 1950.

**13** Circular 7, 26 de Junho de 1950, *ibidem*.

**14** A Lista, que por sinal excluía a URSS e países de Leste, referia: *de jure* – Argentina, Austrália, Bélgica, Brasil, Chile, França, Grã-Bretanha, Itália, Noruega, Países Baixos, Suécia, Suíça, Uruguai, Venezuela; *de facto* – Cuba, Dinamarca, EUA, Grécia, Irlanda, Peru e Turquia. M177 PEA, AHDMNE. Por curiosidade: a Índia daria o reconhecimento *de jure* em Setembro de 1950.

**15** Despacho 27, para Montevideu, 20 de Dezembro de 1950, Proc.º 33,77 M183 PEA, AHDMNE.

**16** Of. 6, 5/07/50, *ibidem*. AHDMNE; AOS/CO/NE-20, carta de 9 de Agosto de 1950, da Legação no Cairo.

**17** Telegrama 292, 9 de Novembro de 1950 para Embaixada de Portugal em Washington: «Legação Egipto fez aqui diligência... Rogo Vexa transmitir Prof. António Câmara que se deverá abster alegando falta de instruções e informar logo que tenha sido discutida questão», AHDMNE.

**18** ABADI, Jacob – «Constraints and Adjustments in Portugal's Policy toward Israel». In *Middle Eastern Studies*, vol. 40, n.º 5, Setembro de 2004, pp. 83-108.

**19** Informação de serviço com historial das relações Portugal/Israel, preparada por J. M. Queirós de Barros em preparação do reconhecimento diplomático de Israel, 1976, Relações de Portugal com Israel. Proc. PAA M 163, AHDMNE.

**20** Carta de 26 de Outubro de 1956, in PINTO, Maria José Vaz – *Correspondência Marcello Mathias/Salazar 1947/1968*. Lisboa: Difel, 1984. Por esta altura, um aponta-

mento interno do MNE resumia: «De uma maneira geral, as missões portuguesas não deixando de contactar com os representantes diplomáticos e consulares de Israel, sempre que as obrigações protocolares assim o exigiam, e por recomendação de circular a todos os postos, enviada pela SE, nunca praticaram qualquer acto de reconhecimento expresso ou tácito do Estado Israelita. Se o contrário se fizesse, desapareceriam, segundo informa a Legação de Portugal no Cairo, as simpatias que actualmente o país desfruta na Liga Árabe. A posição de Portugal face à Liga pode resumir-se da seguinte forma:

- Atitudes pró-liga
- 1) não reconheceu o Estado de Israel
- 2) põe algumas restrições à sua entrada em OI [FAO]
- 3) não permite o comércio com Israel, apesar das diligências praticadas por Israel nesse sentido...»

Proc. 33,77, M 183 PEA, AHDMNE.

**21** *Vd.* nota 24, in ABADI, Jacob – *ob. cit.* O mesmo autor sustenta que esta ausência de relações diplomáticas não obstruiu a que Portugal cooperasse com Israel em assuntos que considerava do seu interesse, como a concertação com a MOSSAD.

**22** Circular n.º 23, de 14 de Outubro de 1953, Proc. 33,77, M 183 PEA, AHDMNE.

**23** Despacho 72, à Legação de Portugal em Bruxelas, de 31 de Dezembro de 1954.

**24** Circulares 7 e 13, respectivamente de 8 de Março de 1955, e 2 de Junho de 1955, *ibidem*.

**25** A quase paranóia do poder árabe aparecia um pouco por toda a parte, como seja o relato da Embaixada em Bona sobre a eventual participação alemã na conferência convocada para Londres para resolução das questões decorrentes da nacionalização do canal de Suez: «Aceitação convite de Bona se fazer representar Conferência de Londres foi recebido com grande frieza opinião pública [...] Embaixada Egipto nesta cidade recordou em 2 do corrente que atitude seu governo era bem conhecida: Egipto reconheceria República Democrática se República Federal reconhecesse Israel. Esta declaração, feita com publicidade pode dar ideia da pressão a que está sujeito este governo Federal em assuntos que interessem países asiáticos ou africanos.» Telegrama 78, de Bona, 9 de Agosto de 1956, AHDMNE.

**26** Anotação lançada pela mão de Franco Nogueira sobre um despacho pronto a seguir para Bruxelas «suspensão, até nova decisão, 5/7/58». Curioso que, entre 1948 e 1958, as datas das diligências para o reconhecimento do Estado de Israel sigam tão de perto as relativas às negociações na questão do ouro nazi, e que a conclusão do negócio com os Aliados, a assinatura do Acordo Luso-Alemão sobre os bens alemães seja feita a 3 de Abril de 1958 e o *exequatur* do cônsul de Israel em Lisboa seja finalmente dado a 29 de Agosto de 1958. O acordo de pagamentos Portugal Israel é em data de 1 de Julho de 1959.

**27** Informação verbal do embaixador Calvet de Magalhães. Ainda segundo J. Abadi, nota 36, *ob. cit.*, em Dezembro de 1959, «Conde Querida, homem de negócios e Rotário próximo do Governo português visitou Israel. Os israelitas aproveitaram a oportunidade para lhe pedir que intercedesse pelo reconhecimento de *jure* em Lisboa. Conde Querida disse depois aos israelitas que o MNE português Marcelo Mathias o informara que o seu Governo não estava inclinado a alterar a posição quanto a Israel devido ao medo da reacção árabe. Inicialmente Mathias considerara a hipótese de nomear um cônsul honorário para mas mudara de ideias e preferia nomear um diplomata de carreira mais tarde, Mathias explicou que para além de votar contra Portugal na questão de Goa os Árabes não tinham feito nada que justificasse um acto inamistoso por parte de Portugal. Porém, Mathias não conseguia disfarçar o seu desapontamento com os árabes que descrevera como *canaille* e capazes de provocar problemas políticos e económicos que Lisboa teria dificuldade em gerir».

**28** Cf. Historial de J. M. Queiroz de Barros, 1 de Setembro de 1976, PAA 163 983/ISR, 1976/78, AHDMNE.

**29** Dezembro de 1955.

**30** 13 de Janeiro de 1960. FN prossegue com sugestões: 1) que sejam elevadas à categoria de Embaixada as Missões em Rabat, Tunis, geridas por Encarregado de Negócios; 2) que seja criada uma Emb no Iraque (conforme vem insistindo a FC Gulbenkian), também gerida por Enc. de Negócios; 3) que para evitar melindres, seja também elevada a Emb. a Legação em Adis Abbeba; 4) que seja dado o n/accordo à abertura de uma Legação de Negócios em Lisboa, gerida por um Enc. de Negócios. Proc. 337,7 M 163 PAA, AHDMNE.

**31** Proc.º 337,7 PEA, AHDMNE.

**32** Telegrama 121 da Embaixada em Bruxelas, 22 de Junho de 1960, AHDMNE.

**33** Relato de conversa: a 23 de Junho de 1965, Calvet de Magalhães chamou o cônsul de Israel para lhe significar nosso desagrado pela atitude assumida na Conferência Geral da OIT - Genebra. Não víamos razões suficientes que justificassem a posição assumida por Israel, que teria sempre recurso à abstenção ou à não comparência. «Inclinava-me antes a recomendar superiormente - e para estabelecer a real reciprocidade - que em consequência da atitude hostil que Israel vinha demonstrando em diversas ocasiões, deveríamos antes retirar ao seu representante todas as facilidades que até aqui os nossos serviços públicos lhe têm concedido para se ocupar dos assuntos do seu país». Estas observações eram feitas a título pessoal. E mais adiante, cobrou «atitude acolhimento refugiados Israelitas que foram acolhidos generosamente neste país, e não

apenas os ricos mas também os pobres, que tiveram de ser alojados a expensas do Estado português.» O que era falso pois todas as despesas haviam sido suportadas pelas organizações de auxílio. ANTT - AOS/CO/NE-30 B; Proc.º 337,7 PEA, AHDMNE.

**34** Segundo Amzalak, presidente da Comunidade israelita de Lisboa, em 1959 há 650 pessoas na comunidade em Portugal (PRO.FO 371/144875). Segundo a PIDE nos anos 60 os judeus em Portugal estimam-se entre 1500 e 1800 pessoas sendo que, «A integração absoluta na vida nacional portuguesa dos judeus em Portugal, onde felizmente, não se fazem distinções, não dá ensejo a que exista qualquer tipo, modo de vida ou aspecto curioso da vida dos judeus em Portugal, que é igual e sujeita às mesmas vicissitudes da dos outros cidadãos». Nota-se que, com o início da guerra em África, muitos jovens da comunidade se mudaram para Israel. Ofício 7986, de 7 de Abril de 1965, proc.º 13, Gab. MNE, AHDMNE.

**35** Telegrama 214 a 219, assinado Ministro, URGENTÍSSIMO. SECRETÍSSIMO. PARA PARIS 25 de Setembro de 1967. O mesmo emissário disse que o ministro dos Negócios Estrangeiros israelita viria a Paris e receberia o embaixador português. O Telegrama 209, Secreto, de Paris em data de 29 de Setembro de 1967, dá conta que o nosso embaixador «apesar diversas tentativas»... não conseguiu contactar as individualidades israelitas. M 163 PAA.

**36** Telegrama 3, SECRETO, para Embaixada de Portugal no Cairo, 16 de Janeiro de 1971, *ibidem*.

**37** Telegrama 164 para a Missão ONU, 19 de Outubro de 1971, AHDMNE.

**38** *Vd. notas 52, 53, in ABADI, Jacob, ob. cit.*

**39** Circular telegráfica 27, anexa Historial de J. M. Queiroz Barros (*ibidem*).

**40** Circular telegráfica 38, de 19 de Novembro de 1973, assinada Ministro, SECRETO. M 163 PAA, AHDMNE.

**41** PAA 163 - 983/ISR, 1976/1978, AHDMNE. Sobre os moldes em que foi concedida aos EUA a autorização de uso da Base das Lajes no contexto da Guerra do Yom Kippur e a concessão de eventuais contrapartidas a Portugal, ver MAGALHÃES, J. Calvet - «Portugal e os Estados Unidos». In *Estratégia, Revista de Estudos Internacionais*, n.º 3, Primavera de 1987, pp. 13-22; ANTUNES, J. Freire - *Nixon e Caetano. Promessas e Abandono*, Lisboa: Difusão Cultural, 1992, pp. 297-304; CUNHA, Silva - *O Ultramar, a Nação e o 25 de Abril*, Coimbra: Atlântida, 1977, p. 318.

**42** Chaim Herzog, embaixador de Israel na ONU nesta altura observa: «All indications

were that, in the upcoming General Assembly, a determined effort would be mounted by the arab countries to suspend Israel. In 1975, Israel was facing one of its most difficult periods in that organization. The arab bloc wanted us removed from the premises; the soviet bloc and so-called non-aligned group of more than one hundred nations were equally hostile.» [HERZOG, Chaim - *Living History*. Londres: Phoenix, 1998]. Meses antes, na reunião da Internacional Socialista de Haga, em Estocolmo, sob a presidência de Olof Palme, Mário Soares e o primeiro-ministro Ytzhak Rabin «were given full support by the other European Socialist leaders. The meeting said a clear no to expelling Israel from the UN. It was further decided at the meeting that a supporting Committee be formed for Portugal's Socialist party and its policy». Of. 697, 13 de Agosto de 1975, da Embaixada de Portugal em Moscovo, PEA 330 GBR, AHDMNE.

**43** 15 de Novembro de 1975.

**44** 11 de Novembro de 1975.

**45** Requerimento apresentado pelo deputado do PS Jaime Gama: «Estando em discussão na ONU o ponto relativo à eliminação de todas as formas de discriminação racial, a representação portuguesa votou a favor, primeiro na 3.ª Comissão e depois no Plenário, a 10 de Novembro de 1975, de uma resolução proposta pelos países árabes que condena expressamente o sionismo como forma de racismo e discriminação racial. Dadas as evidentes implicações no plano das relações internacionais de uma tal atitude, insólita na diplomacia portuguesa posterior ao 25 de Abril, requiro, ao abrigo das disposições legais e regimentais, que o MNE me informe:

a) Quais os países que votaram a favor, contra, ou se abstiveram em tal votação?  
b) Qual a entidade do MNE responsável pela posição assumida p/ Portugal?  
c) Se a votação da delegação exprime a posição do Governo Português quanto aos problemas do racismo e de Israel;  
d) Quais as reacções diplomáticas à atitude da delegação portuguesa;  
e) Se já houve qualquer consequência negativa da posição tomada, nomeadamente no que se refere às relações comerciais com o exterior.

Lisboa, 19/11/75, JG.»  
Sessão 82 da Assembleia Constituinte, *Diário*, n.º 83, de 20 de Novembro, p. 2735.

**46** *Expresso*, 14 de Fevereiro de 1976.

**47** Reproduzido por extenso no *Diário de Lisboa* de 22 de Julho de 1976. Neste excerto, os itálicos são da autora.

**48** Telegrama 113, de 17 de Agosto de 1976, para Rabat, Túnis, Argel e Cairo, M 163 PAA.